

ILUSTRÍSSIMO PREGOEIRO DO PREGÃO ELETRÔNICO DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL – BA

UNIMED SEGUROS SAÚDE S/A, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.487.255/0001-81, com sede em São Paulo/SP, na Alameda Ministro Rocha Azevedo, nº 366, 1º ao 6º andares, por seu representante legal ao final assinado (**Doc.01**), vem, respeitosamente à presença de Vossa Senhoria, nos termos dos termos do art. 41, §1º, da Lei nº 8.666/93 e item 18.3 do Edital, apresentar **IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO DE PREGÃO ELETRÔNICO**, pelas razões adiante expostas.

I- DAS NORMAS TIDAS COMO VIOLADAS

Trata-se de edital para licitação, que visa a contratação de prestação continuada de serviços de assistência à saúde ou cobertura de custos assistenciais através de plano privado, com coparticipação de 30%, conforme especificações constantes deste termo de referência, com vigência de 30 meses e possibilidade de prorrogação até o limite legal, cujo objeto está previsto no Termo de Referência do Edital de Licitação.

Ainda, fazem parte integrante do referido Edital, os Anexos I, II, III e IV sendo este último é a Minuta do Contrato de Prestação de Serviços Médico – Hospitalares que deve seguir não somente a lei de licitação e contratos das licitantes, **mas também toda a legislação vigente que se aplica à prestação de serviço, objeto do Edital, em especial a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) n.º 13.709/2018.**

Tanto que no item 12 do Termo de Referência como na CLAUSULA DÉCIMA TERCEIRA da Minuta do Contrato de Prestação de Serviços Médico faz menção direta a Lei Geral de Proteção de dados n° 13.709/18.

12 LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD) – LEI 13709/18

12.1 O TRE-BA e a Contratada se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, atuando da seguinte forma:

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD) – LEI 13709/18

1. O TRE-BA e a Contratada se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, atuando da seguinte forma:

E, é com base nesta cláusula e nas regras previstas na **Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) n.º 13.709/2018**, que a Impugnante passa a discorrer os motivos pelos quais o instrumento convocatório está eivado de vício de ilegalidade, que deve ser sanado por este Ente Licitante, sob pena de se macular de nulidade todo o certame.

II- DOS AGENTES DE TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

Antes de adentrarmos no ponto específico que apresentada o vício e afronta a legislação em questão, é importante um breve esclarecimentos sobre a atuação dos agentes no tratamento dos dados e suas responsabilidades, o que tornará claro os motivos da presente impugnação.

Conforme exposto, o objeto da licitação é a prestação de serviços de assistência médica ambulatorial e hospitalar aos empregados do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia – TRE/BA.

Pois bem. Para a execução desta prestação de serviço assistencial haverá, obrigatoriamente, a atuação da empresa que se sagrar vencedora do certame e dos entes licitantes, sendo certo que:

1. O licitante mantém relação direta com os Titulares antes mesmo da contratação do produto da vencedora do certame;
2. O licitante compartilhará com a empresa vencedora do certame os dados pessoais dos empregados e dependentes que farão parte da apólice de seguro saúde;

3. A empresa vencedora do certame tratará os dados pessoais recebidos do ente licitante, bem como outros dados dos Titulares, inclusive sensíveis, decorrentes da regular prestação dos serviços e dos atendimentos de saúde.

Pelo exposto, temos que a empresa que vencer o certame e o Licitante ocupam a posição de Controladores Independentes dos dados pessoais.

Isso se dá na medida em que a empresa vencedora do certame terá grande autonomia para tomar decisões sobre o tratamento, além de não atuar de maneira subordinada às instruções ou determinações dos entes licitantes quanto à prestação dos serviços. É importante ressaltar, também, que a empresa (vencedora) desenvolverá uma relação própria com o Titular durante os atendimentos de saúde relacionados ao produto contratado.

Nesse sentido, caberá ao ente licitante legitimar o tratamento que der aos dados pessoais dos empregados e dependentes, inclusive informando sobre o compartilhamento de seus dados cadastrais com a futura vencedora do certame.

Dentro do seu escopo de atuação, a vencedora do certame deverá designar a base legal das atividades por ela conduzidas, atender as solicitações dos Titulares relativas às finalidades por ela determinadas e cumprir com todas as demais obrigações atribuíveis ao Controlador, responsabilizando-se exclusivamente por este tratamento.

III- DA AFRONTA AOS ARTIGOS 7º, V e 11º, II, “d” da Lei n.º 13.709/18.

Esclarecido os agentes de tratamento e a relação de controladores independentes, verifica-se que os termos constantes nas **alíneas “a” do item 12.1 do termo de Referência e da Cláusula Décima Terceira da Minuta do Contrato de Prestação de Serviços – Anexo IV, afrontam os artigos 7º, V e 11º, II, “d” da Lei n.º 13.709/18.**

Dispõe a alínea “a” do item 12.1, do Termo de Referência:

12 LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD) – LEI 13709/18

12.1 O TRE-BA e a Contratada se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, atuando da seguinte forma:

- a) a coleta de dados pessoais indispensáveis à própria prestação do serviço, se houver, será realizada mediante prévia e fundamentada aprovação do TRE-BA, responsabilizando-se a Contratada por obter o consentimento dos titulares (salvo nos casos em que opere outra hipótese legal de tratamento). Os dados assim coletados só poderão ser utilizados na execução dos serviços especificados neste contrato, e em hipótese alguma poderão ser compartilhados ou utilizados para outros fins;
- b) encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, a Contratada providenciará seu descarte de forma segura.

De acordo com o disposto nas cláusulas acima, a **CONTRATADA** após obter mediante prévia e fundamentada aprovação do TRE – BA e do consentimento dos titulares poderá realizar a coleta de dados pessoais indispensáveis à prestação do serviço, não podendo em hipótese alguma compartilhar tais dados com terceiros.

Contudo, a situação prevista nestas alíneas – **tratamento de dados para prestação do serviço** – não possui obrigatoriedade de obtenção do consentimento do titular, conforme previsto no artigo 7º, V da LGPD:

Art. 7º O tratamento de dados pessoais somente poderá ser realizado nas seguintes hipóteses:

(...)

V - quando necessário para a execução de contrato ou de procedimentos preliminares relacionados a contrato do qual seja parte o titular, a pedido do titular dos dados;

Também, não há necessidade de consentimento prévio dos titulares no tratamento de dados sensíveis previsto no artigo 11º, II, alíneas “d” da LGPD conforme abaixo:

Art. 11. O tratamento de dados pessoais sensíveis somente poderá ocorrer nas seguintes hipóteses:

I - quando o titular ou seu responsável legal consentir, de forma específica e destacada, para finalidades específicas;

II - sem fornecimento de consentimento do titular, nas hipóteses em que for indispensável para:

- a) cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo controlador;*
- b) tratamento compartilhado de dados necessários à execução, pela administração pública, de políticas públicas previstas em leis ou regulamentos;*
- c) realização de estudos por órgão de pesquisa, garantida, sempre que possível, a anonimização dos dados pessoais sensíveis;*
- d) exercício regular de direitos, inclusive em contrato e em processo judicial, administrativo e arbitral, este último nos termos da Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996 (Lei de Arbitragem) ;*

Importante destacar que o compartilhamento de dados somente ocorre com a finalidade de execução do contrato e, conforme esclarecido, a empresa vencedora do certame como **Agente Controladora** dos dados compartilhados é responsável, inclusive, perante terceiros envolvidos na execução e prestação dos serviços contratados, como por exemplo, a rede assistencial oferecida, o que, mais uma vez, não justifica a necessidade do consentimento prévio do titular para a prestação do serviço.

Além da afronta à legislação exposta, condicionar a necessidade de obter o consentimento para a coleta de dados dos titulares para a prestação dos serviços inviabilizará a operação, uma vez que a empresa vencedora do certame não pode aguardar o aceite do titular para iniciar a execução do contrato e consequentemente, a prestação dos serviços que foi demanda.

Portanto, os artigos 7º, V e 11º, II, “d” da Lei n.º 13.709/18, são claros no sentido de que **NÃO HÁ NECESSIDADE DE OBTER CONSENTIMENTO DO TITULAR DOS DADOS PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS – EXECUÇÃO DO CONTRATO,** devendo ser excluído da alínea “a” do item 12.1 e da alínea a, do item 1, da cláusula décima terceira da minuta do contrato.

IV – DA DISCIPLINA QUANTO A ELIMINAÇÃO DE INFORMAÇÕES DOS SERVIÇOS PRESTADOS – Alínea “b” DO TERMO DE REFERÊNCIA e Alínea “b”, do Item 1 da CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA, do CONTRATO PERMISSIVO DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS – ART. 16

Na alínea “a” do item 12.1 do termo de Referência e da Cláusula Décima Terceira da Minuta do Contrato de Prestação de Serviços está elencada a obrigação da empresa proponente que se

sagrar vencedora do certame, quanto a obrigatoriedade de descarte seguro das informações após o encerramento do contrato.

b) encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, a Contratada providenciará seu descarte de forma segura.

Em especial sobre este ponto, a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) – Lei Federal 13.709/18, determina em seu artigo 16 a eliminação dos dados pessoais, porém, autoriza a conservação dos dados para algumas finalidades, dentre elas o “*cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo controlador*”. Diz o referido texto legal:

“Art. 16. Os dados pessoais serão eliminados após o término de seu tratamento, no âmbito e nos limites técnicos das atividades, autorizada a conservação para as seguintes finalidades:

I - cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo controlador;”

Com efeito, as Operadoras de Saúde suplementar sendo controladora dos dados, não podem eliminar todo e quaisquer dados referentes aos serviços prestados, pois possuem obrigações legais e regulatórias, principalmente junto à Agência Nacional de Saúde a ser cumprida como, por exemplo, o envio do TISS, que é a Troca de Informações na Saúde.

Neste sentido, requer que seja revisto o texto deste item do termo de referência e do contrato para que excetue as situações previstas nos incisos do artigo 16 da Lei n.º 13.709/18, para que conste de forma expressa que: “ encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, a Contratada providenciará seu descarte de forma segura, ressalvada as informações que deverão ser mantidas em virtude de obrigação regulatória a ou legal”.

V- DOS PEDIDOS


Posto isto, requer seja acolhida integralmente a presente impugnação, para:

(i) demonstrada a afronta expressa e a incompatibilidade das alíneas do item 12.1 do Termo de Referência e do item 1, da Cláusula Décima terceira do Contrato, **devendo excluir a obrigação**

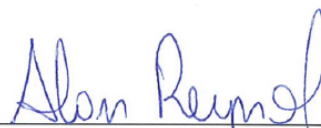
para obter o consentimento do titular dos dados para a prestação dos serviços, bem como para prever a exceção para descarte dos dados após o encerramento do contrato, reabrindo-se o prazo para a sessão de abertura das propostas.

Termos em que,
Pede deferimento.

São Paulo, 09 de fevereiro de 2022.



Unimed Seguros Saúde S.A.
CNPJ/MF nº 04.487.255/0001-81
Leticia Dias da Silva
Coordenadora
RG nº 34.788.243-2 SSP/SP
CPF nº 359.749.048-42



Unimed Seguros Saúde S.A.
CNPJ/MF nº 04.487.255/0001-81
Alan Schiavoni Reynol
Coordenador
RG nº 32.943.243-6
CPF nº 312.784.898-60